

**RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
GUIA DO CANDIDATO**

**2017/2018**

NÚCLEO DE CONCURSOS DA UFPR

Campus I (Agrárias)

Rua dos Funcionários, 1540 - Juvevê

CEP 80035-050 - Curitiba - PR

tel.: (41) 3313-8800

fax: (41) 3313-8831

COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Complexo do Hospital de Clínicas / EBSEH

Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

Rua Gal. Carneiro, 181 - Centro

CEP 80060-900 - Curitiba - PR

---

Atenção: Guia do Candidato republicado em 14/09/2017 às 15h30min em razão de problemas na conversão do arquivo para o formato PDF, na página 25 das referências do Programa Saúde da Família / Enfermagem e página 31 do Programa de Provas e Referências do Programa de Saúde da Família / Terapia Ocupacional.

REITOR DA UFPR

**Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça**

**COREMU UFPR 2017**

Gerente de Ensino e Pesquisa do CHC-UFPR	Prof. Dr. Rosires Pereira de Andrade
Coordenadora da COREMU UFPR	MSc. Vânia Mari Salvi Andrzejewski
Coordenador do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Profª. Drª Marilene da Cruz Magalhães Buffon
Coordenador do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Buco-Maxilo-Faciais	Prof. Dr. Delson João da Costa
Coordenador do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Profa. Dra. Rita de cassia Maria Garcia
Coordenadora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Profª. Drª. Fabíola Bono Fukushima
Coordenadora do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	MSc. Liane Füh Pivatto
Tutor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Buco-Maxilo-Faciais	Prof. Dr. Nelson Luiz Barbosa Rebellato
Tutora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Profª. Drª. Julia Arantes Galvão
Tutor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Profa. Dra. Mônica Kanashiro Oyafuso
Tutora do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	Profª. Rita Aparecida Bernadi Pereira
Tutora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Profª. Drª. Verônica Azevedo Mazza
Preceptora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Giovana Lais Ruviano Tuleski
Preceptor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Dra. Mônica Kanashiro Oyafuso
Preceptor do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	MSc. Álvaro Luiz Wolff
Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Dra. Vivien Midori Morikawa
Representante dos Residentes	Ana Bianca Gusso, Ana Paula Maciel Gurski, Flávio Augusto Vieira Freitag, Vanessa Tieme Duarte Raffo

**DIRETORES E CHEFES DOS DEPARTAMENTOS DA UFPR – 2017**

Profa. Dra. Claudete Reggiani	Superintendente do Complexo Hospital Clínicas da UFPR
Prof. Dr. Rosires Pereira de Andrade	Gerente de Ensino e Pesquisa do CHC/UFPR
Farm. Mônica Evelise Silveira	Gerência Administrativa
Prof. Dr. José Luiz de Godoy	Gerência de Atenção à Saúde
Prof. Dr. Nelson Luis Barbosa Rebellato	Diretor Setor de Ciências Saúde
Prof. Dr. Amadeu Bona Filho	Diretor Setor de Ciências Agrárias
Prof. Dr. Luiz Cláudio Fernandes	Diretor Setor de Ciências Biológicas
Prof. Dr. Renato Bocchichio	Diretor do Setor Litoral
Prof. Dr. Rogério Ribas Lange	Diretor do Hospital Veterinário de Curitiba
Profª Drª. Carmen Elizabeth Kalinowski	Chefe Departamento de Enfermagem
Prof. Dr. José Miguel Amenabar Cespedes	Chefe Departamento de Estomatologia
Profª Ângela Cristina Leal Badaró Trindade	Chefe Departamento de Farmácia
Prof. Dr.ª Elizabeth Santin	Chefe Departamento de Medicina Veterinária
Profª Deise Regina Baptista	Chefe Departamento de Nutrição
Prof. Dr. Adriano Furtado Holanda	Chefe Departamento de Psicologia
Prof. Dr. Edevar Daniel	Chefe Departamento Saúde Comunitária
Prof. Dr. Luis Felipe Ferro	Chefe Departamento Terapia Ocupacional
Profª Drª Arlete Ana Motter	Coordenadora Curso de Fisioterapia
Profª Drª Silvana Marta Tumelero	Coordenadora de Câmara do Serviço Social

**UFPR** – Universidade Federal do Paraná

**EBSERH** – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

**NC** – Núcleo de Concursos

**CHC** – Complexo do Hospital de Clínicas

**COREMU** – Comissão de Residência Multiprofissional

**MEC** – Ministério da Educação

**Horário de atendimento do Núcleo de Concursos**

Atendimento da secretaria: Segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min.  
Central de Teleatendimento: Segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min.  
Fone: (41) 3313 - 8800

1.	Introdução	05
2.	Público alvo e vagas	05
3.	Inscrição	07
4.	Fases da Seleção	08
	4.1 Primeira Fase	08
	4.2 Segunda Fase	08
	4.3 Terceira Fase	15
	4.4 Quarta Fase	15
	4.5 Classificação Final	16
	4.6 Quinta Fase	16
5.	Início das Atividades	16
6.	Programa de Provas e Referências	17

## 1. Introdução

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da Universidade Federal do Paraná são de responsabilidade do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR, do Hospital Veterinário - Campus I/Curitiba, do Departamento de Estomatologia e do Departamento de Saúde Comunitária. São regulamentados pela Lei nº 11.129 de 30/06/2005 e suas complementações, pelas deliberações da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do Ministério da Educação/SESu e pelas Resoluções vigentes do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR. Os Programas estão oficialmente autorizados e credenciados junto ao MEC, emitindo, em favor daqueles que efetivamente cumpram os Programas de Residência, o Certificado de Residência em Saúde, que constitui documento hábil para registro de especialidade junto aos Conselhos de Classe, conforme a legislação em vigor e a especificidade de cada Conselho Profissional. Incluem-se nesta os Regimentos Internos e o Regulamento da Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Paraná.

O funcionamento dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde da UFPR é assegurado pelos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Setor de Ciências da Saúde, Setor de Ciências Agrárias, Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU-UFPR), Conselho de Administração do CHC, Hospital Veterinário Campus I/Curitiba e pelos diversos Departamentos e Serviços envolvidos, devidamente regulamentados pelos seus Regimentos e pelos Regimentos de cada Programa de Residência da UFPR. Os Programas de Residência estão assim distribuídos: Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar – Hospital de Clínicas; Residência Multiprofissional em Saúde da Família – Setor de Ciências da Saúde e as Prefeituras Municipais de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR; Residência em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais – Setor de Ciências da Saúde / Departamento de Estomatologia e Residência em Medicina Veterinária – Setor de Ciências Agrárias, Hospital Veterinário.

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação *Lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por treinamento em serviço, com **carga horária presencial de 60 (sessenta) horas semanais, duração de 2 (dois) ou 3 (três) anos e em REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**. De acordo com a legislação vigente, não é permitido ao residente realizar outras atividades, concomitantemente à participação no Programa de Residência, sob pena de exclusão.

A presente Seleção será regida pelas normas constantes neste Guia do Candidato e pelo Edital n.º 57/2017 – COREMU.

## 2. Público Alvo e Vagas

A seleção para Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar, Residência Multiprofissional – Programa Saúde da Família, Residência em Área Profissional da Saúde - Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais e Residência em Área Profissional da Saúde Medicina Veterinária Campus I – Curitiba 2017/2018 tem públicos distintos de candidatos formados por diversos profissionais da área da saúde, a saber: enfermagem, farmácia, farmácia-bioquímica, fisioterapia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional e que pretendem cursar residência multiprofissional ou em área profissional da saúde. As vagas disponíveis relacionadas a cada programa estão elencadas nos quadros a seguir:

**PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO HOSPITALAR**

<b>ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>ÁREAS PROFISSIONAIS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DURAÇÃO</b>
ATENÇÃO CARDIOVASCULAR	Enfermagem	2	2 anos
	Farmácia	2	2 anos
	Nutrição	2	2 anos
	Psicologia Psicanálise	2	2 anos
ATENÇÃO EM ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA	Enfermagem	3	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	2	2 anos
	Farmácia	3	2 anos
	Nutrição	2	2 anos
	Odontologia	2	2 anos
	Psicologia Analítica	2	2 anos
	Serviço Social*	1	2 anos
	Terapia Ocupacional	2	2 anos
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Enfermagem	2	2 anos
	Fisioterapia	3	2 anos
	Psicologia Psicanálise	2	2 anos
SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO	Farmácia	2	2 anos
	Fisioterapia	4	2 anos
	Nutrição	3	2 anos
	Psicologia Psicanálise	2	2 anos
	Terapia Ocupacional	2	2 anos
	Serviço Social*	1	2 anos
SAÚDE DA MULHER	Enfermagem	3	2 anos
	Psicologia Psicodrama	1	2 anos
	Serviço Social	1	2 anos
	Terapia Ocupacional	2	2 anos
ATENÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Enfermagem	3	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	1	2 anos
	Fisioterapia	3	2 anos
	Psicologia Psicanálise	2	2 anos
	Serviço Social*	1	2 anos
<b>TOTAL VAGAS OFERTADAS</b>		<b>63 vagas</b>	

\*Um percentual das disciplinas específicas de Serviço Social, a ser definido pelo professor responsável pela tutoria do residente, será ministrado no Setor Litoral/UFPR, na cidade de Matinhos.

**PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS**

<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>ÁREAS PROFISSIONAIS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DURAÇÃO</b>
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS	Odontologia	2	3 anos
<b>TOTAL VAGAS OFERTADAS</b>		<b>02 vagas</b>	

**PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
SAÚDE DA FAMÍLIA	Enfermagem	02	2 anos
	Farmácia	04	2 anos
	Medicina Veterinária	02	2 anos
	Nutrição	04	2 anos
	Odontologia	04	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
<b>TOTAL VAGAS OFERTADAS</b>		<b>18 vagas</b>	

As atividades práticas serão realizadas nas Unidades de Saúde da Família no Município de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

**PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPOS I/CURITIBA**

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DOS PROGRAMAS	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	4	2 anos
CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	2	2 anos
CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	3	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS SELVAGENS - Hospital Veterinário – Curitiba/PR - Beto Carreiro World – Penha/SC	Médico Veterinário	1	2 anos
		1	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS	Médico Veterinário	2	2 anos
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	Médico Veterinário	1	2 anos
MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO	Médico Veterinário	5	2 anos
ODONTOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	1	2 anos
OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	1	2 anos
ONCOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	1	2 anos
ORNITOPATOLOGIA	Médico Veterinário	1	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	2	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA – Área de atuação em Biologia Molecular	Médico Veterinário	1	2 anos
PATOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	1	2 anos
<b>TOTAL VAGAS OFERTADAS</b>		<b>27 vagas</b>	

**Observações:**

Para os candidatos formados em universidade estrangeira é necessário que o diploma profissional tenha sido reconhecido pela Embaixada Brasileira em seu país e revalidado por universidade brasileira pública, em conformidade com o disposto no §2 do art. 48 da Lei nº 9394/96, de 20/12/96.

**3. Inscrições**

Conforme o item 2.7 do Edital nº 57/2017, a inscrição somente será confirmada após a identificação do pagamento da taxa e da inserção (upload) de todos os documentos obrigatórios e listados abaixo:

- a) Cópia frente e verso do Documento de Identidade (RG) com data de emissão e órgão expedidor;

- b) Cópia do Comprovante de Situação Cadastral no CPF (<http://www.receita.fazenda.gov.br/>);
- c) Cópia do Diploma ou, se aplicável, apresentação de declaração original, fornecida pela coordenação do curso de graduação para a área profissional pretendida, em papel timbrado, de estar cursando o último semestre do curso reconhecido pela SESu/MEC, com término até 20 de fevereiro de 2018;
- d) Aos candidatos que se graduaram em universidade estrangeira será exigido, além da documentação mencionada anteriormente, que o diploma profissional seja revalidado por universidade pública brasileira.

Para o envio dos documentos obrigatórios para a homologação da inscrição conforme item 2.7 do Edital nº 57/2017, o candidato deve seguir as instruções contidas no *endereço eletrônico* [www.nc.ufpr.br](http://www.nc.ufpr.br). Os documentos só serão aceitos em formato pdf. Cada documento deverá ser carregado por item.

## 4. Fases de Seleção

### 4.1 Primeira Fase:

Prova Teórica, elaborada, estruturada e coordenada pelo NC/UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR, composta por 50 questões, sendo dez (10) do conteúdo geral e 40 (quarenta) do conteúdo específico.

A prova objetiva valerá preliminarmente 100 (cem) pontos e terá peso 7,5 (sete vírgula cinco), para fins de cálculo final da nota, para os Programas que não adotarem prova discursiva ou prova prática. Para os candidatos de **Psicologia** e **Nutrição** do Programa de Atenção Hospitalar e **Medicina Veterinária do Campus I/Curitiba** o peso desta fase será de 5,0 (cinco vírgula zero).

#### **Preenchimento do cartão resposta:**

Para cada uma das provas objetivas, o candidato usará, além do caderno de prova, um cartão-resposta com questões numeradas adequadamente.

Nos cartões-resposta estão registradas informações do candidato e da prova, além dos campos correspondentes às cinco alternativas (a, b, c, d, e) de cada questão, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

Para preencher corretamente o cartão-resposta, o candidato deve observar o seguinte:

- em cada questão, resolver cada um dos problemas apresentados, marcando os resultados no caderno da prova, antes de transpô-los para o cartão-resposta;
- marcar com tinta as respostas no cartão-resposta (use caneta com TINTA PRETA);
- preencher todo o espaço a ser marcado, mas não ultrapassá-lo. Marcações incorretas poderão resultar em prejuízo para o candidato.

A leitura das respostas é realizada por processo automatizado e o resultado é sensível à forma de marcação. Portanto, marcações indevidas, rasuras, dobras, ou utilização de recursos não permitidos (borracha, corretivo) na área de leitura poderão ser consideradas como respostas incorretas.

O cartão-resposta é parte integrante da prova.

### 4.2 Segunda Fase:

De acordo com o Edital nº 57/2017 em seu item 10, a segunda fase constará de Análise do Currículo, executada e coordenada pelo NC/UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR.

A análise do currículo terá pontuação máxima 100 pontos com peso 2.5 (dois vírgula cinco) na soma total da nota final. A nota do currículo será ponderada conforme item 10.8 do Edital nº 57/2017.

Serão analisados todos os documentos dos candidatos classificados para esta etapa, anexados eletronicamente e pontuados conforme tabela adiante.

Conforme abaixo, serão considerados os grupos de quesitos e respectivos documentos/atividades, e atribuídas as pontuações correspondentes.

Nenhuma atividade poderá ser pontuada mais de uma vez.



Os candidatos são responsáveis pela veracidade e autenticidade dos documentos comprobatórios, e na eventual identificação de fraude, o candidato será eliminado da seleção, sem prejuízo de outras cominações legais.

Os documentos trazidos pelo candidato no momento da validação devem estar separados e organizados segundo a tabela abaixo.

Atribui-se ao currículo nota entre zero e cem pela somatória das pontuações dos quesitos a seguir descritos.

<b>PROGRAMA DE ATENÇÃO HOSPITALAR</b>			
<b>TÓPICO<sub>1</sub></b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>Nº MÁX DE DOCS</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Realização de Monitoria Bolsista em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada semestre letivo de monitoria	3	6
Realização de Monitoria Voluntária em Disciplina do Curso de graduação	1 ponto para cada semestre letivo de monitoria	4	4
Estágios não obrigatório na área profissional <sup>2,3</sup>	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Iniciação Científica – bolsista sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3</sup>	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Iniciação Científica Voluntária sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3</sup>	1 ponto para cada 100 horas de atividade	3	3
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição e Ensino	1 ponto para Projetos entre 200 a 500 horas de atividades	4	4
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3</sup>	2 pontos para Projetos acima de 500 horas de atividade	4	8
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação internacional <sup>4</sup>	2,5 pontos por artigo publicado	4	10
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação nacional <sup>4</sup>	1,25 pontos por artigo publicado	4	5
Publicação de artigos científicos em periódicos sem indexação <sup>4</sup>	0,5 pontos por artigo publicado	3	1,5
Publicação de resumo em anais em eventos científicos	0,2 pontos por resumo	5	1
Apresentação oral em Evento Internacional <sup>4</sup>	1,5 pontos por apresentação	3	4,5
Apresentação oral em Evento Nacional <sup>4</sup>	1 ponto por apresentação	6	6
Apresentação oral em Evento Local ou Regional <sup>4</sup>	0,5 pontos por apresentação	5	2,5
Apresentação em pôster em Evento Internacional <sup>4</sup>	0,25 pontos por apresentação	2	0,5
Apresentação em pôster em Evento Nacional <sup>4</sup>	0,25 pontos por apresentação	6	1,5
Apresentação em pôster em Evento Local ou Regional <sup>4</sup>	0,1 pontos por apresentação	5	0,5
Organização de Congresso	1 pontos por evento	2	2
Organização de Eventos científicos	0,5 ponto por evento	2	1
Participação em Eventos Científicos	0,1 ponto por evento	20	2
Participação em ligas acadêmicas	0,5 pontos por ano completo de participação	2	1
Premiações na área profissional	2,5 pontos por prêmio obtido	3	7,5
Participação em Projetos Sociais <sup>3</sup>	0,5 ponto para cada 50 horas de participação	3	1,5
Língua inglesa <sup>5</sup>	3 pontos para proficiência em língua inglesa	1	3
Língua espanhola, francesa e italiano <sup>5</sup> (somente para a área de Serviço Social)	3 pontos para proficiência em língua espanhola, francesa ou italiana	1	3
Experiência profissional na área Atenção Hospitalar ou Atenção Primária <sup>2,6</sup>	0,5 ponto por semestre concluído	6	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-	2 pontos por certificado	1	2

graduação com prática em área de interesse na Área de Concentração pretendida			
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na Área de Concentração pretendida	1 ponto por certificado	1	1
Programa de residência credenciado pela CNRMS	5 pontos por programa finalizado	1	5
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>			<b>100</b>

#### Orientações:

- 1 Nenhum dos itens aceitará atividade fracionada ou incompleta
- 2 Realizado em hospital universitário ou com programa de residência
- 3 Tempo mínimo de 100 horas por atividade para ser pontuado
- 4 O trabalho poderá ser pontuado apenas uma vez, independente do número de periódicos ou congressos em que foi publicado ou apresentado
- 5 A proficiência poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Para língua estrangeira:

Inglês:

- TEAP
- WAP
- IELTS
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

Espanhol: **somente para a área de Serviço Social**

- DELE

Francês **somente para a área de Serviço Social**

- DELF
- DALF

Italiano **somente para a área de Serviço Social**

- CELI

6 Cópia do registro em carteira profissional ou portaria de nomeação para os cargos Serviço Público. Para autônomos serão aceitos declaração em papel timbrado do estabelecimento contratante, com identificação do responsável legal e seu respectivo registro profissional, com firma reconhecida.

<b>PROGRAMA DE CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS</b>			
<b>TÓPICO<sub>1</sub></b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>No MÁX DE DOCS</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Realização de Monitoria Bolsista em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	3	6
Realização de Monitoria Voluntária em Disciplina do Curso de graduação	1 ponto para cada seis meses de monitoria	4	4
Estágios não obrigatório na área profissional <sub>2,3</sub>	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Iniciação Científica Oficial sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sub>3</sub>	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Iniciação Científica Voluntária sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sub>3</sub>	1 ponto para cada 100 horas de atividade	3	3
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição e Ensino	1 ponto para Projetos acima de 200 horas de atividade	4	4

Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3</sup>	2 pontos para Projetos acima de 500 horas de atividade	4	8
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação internacional <sup>4</sup>	2,5 pontos por artigo publicado	4	10
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação nacional <sup>4</sup>	1,25 pontos por artigo publicado	4	5
Publicação de artigos científicos em periódicos sem indexação <sup>4</sup>	0,5 pontos por artigo publicado	3	1,5
Publicação de resumo em anais de congresso nacional <sup>4</sup>	0,2 pontos por resumo	5	1
Apresentação oral em Evento Internacional <sup>4</sup>	1,5 pontos por apresentação	3	4,5
Apresentação oral em Evento Nacional <sup>4</sup>	1 ponto por apresentação	6	6
Apresentação oral em Congresso local ou regional <sup>4</sup>	0,5 pontos por apresentação	3	1,5
Apresentação oral em outros eventos científicos <sup>4</sup>	0,2 pontos por apresentação	5	1
Apresentação em pôster em Evento Internacional <sup>4</sup>	0,25 pontos por apresentação	2	0,5
Apresentação em pôster em Evento Nacional <sup>4</sup>	0,25 pontos por apresentação	6	1,5
Apresentação em pôster em Congresso local ou regional <sup>4</sup>	0,1 pontos por apresentação	5	0,5
Organização de Congresso	1 pontos por evento	2	2
Organização de Eventos científicos	0,5 ponto por evento	2	1
Participação em Eventos Científicos	0,1 ponto por evento	10	1
Participação em outros eventos científicos	0,1 ponto por evento	10	1
Participação em ligas acadêmicas	0,5 pontos por ano completo de participação	2	1
Premiações na área profissional	2,5 pontos por prêmio obtido	3	7,5
Participação em Projetos Sociais <sup>3</sup>	0,5 ponto para cada 100 horas de participação	3	1,5
Língua inglesa <sup>5</sup>	3 pontos por proficiência em língua inglesa	1	3
Experiência profissional na área Atenção Hospitalar ou Atenção Primária <sup>2,6</sup>	0,5 ponto por semestre concluído	6	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida	2 pontos por certificado	1*	2
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	1 ponto por certificado	1	1
Programa de residência credenciado pela CNRMS	5 pontos por programa finalizado	1	5
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>			<b>100</b>

#### Orientações:

- 1 Nenhum dos itens aceitará atividade fracionada ou incompleta
- 2 Realizado em hospital universitário ou com programa de residência
- 3 Tempo mínimo de 100 horas por atividade para ser pontuado

- 4 O trabalho poderá ser pontuado apenas uma vez, independente do número de periódicos ou congressos em que foi publicado ou apresentado
- 5 A proficiência poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Para língua inglesa:

TEAP  
WAP  
IELTS  
CAMBRIDGE  
FCE TOEFL  
MICHIGAN

- 6 Cópia do registro em carteira profissional ou portaria de nomeação para os cargos Serviço Público. Para autônomos serão aceitos declaração em papel timbrado do estabelecimento contratante, com identificação do responsável legal e seu respectivo registro profissional, com firma reconhecida

<b>PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA</b>			
<b>TÓPICO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>No MÁX DE DOCS</b>	<b>TOTAL MÁX DE PONTOS</b>
Realização de Monitoria em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	4	8
Estágio não obrigatório na área profissional	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Bolsa PET (Ministério da Saúde ou Ministério da Educação)	2 pontos para cada 100 horas	3	10
Iniciação Científica sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino	2 pontos para Projetos acima de 100 horas de atividade	4	8
Programa de Voluntariado Acadêmico ou atividade voluntária acadêmica	1 ponto para cada 30 horas	4	4
Publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1e A2 (área: Saúde Coletiva)	2 pontos por artigo publicado	4	8
Publicação de artigos científicos em periódicos com Qualis B1, B2 e B3 (área: Saúde Coletiva)	1,5 pontos por artigo publicado	4	6
Publicação de artigos científicos em periódicos com Qualis B4 e B5 (área: Saúde Coletiva)	1 ponto por artigo publicado	4	4
Publicação de resumo em anais de eventos científicos	0,5 pontos por resumo	10	5
Apresentação oral ou pôster em eventos científicos	0,25 pontos por apresentação	16	4
Organização de eventos científicos	1 pontos por evento	4	4
Participação em eventos científicos	0,1 pontos por evento	10	1
Premiações na área profissional	2,5 pontos por prêmio obtido	3	7,5
Participação em Projetos Sociais	1 ponto para cada 100 horas de participação	3	3
Língua estrangeira	3 pontos (proficiência em língua inglesa)	1	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida	3 pontos por certificado	1	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	2 pontos por certificado	1	2

Declaração de conclusão de Programa de residência credenciado pela CNRMS	5 pontos por declaração	1	5
Certificado de especialização na área da saúde em EAD (+360 horas)	1,5 pontos por certificado	1	1,5
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>			<b>100</b>

### Orientações:

A proficiência poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Para língua inglesa:

Inglês:

- TEAP
- WAP
- IELTS
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

<b>PROGRAMA DE MEDICINA VETERINÁRIA</b>			
<b>TÓPICO<sup>1</sup></b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>No MÁXDE DOCS</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Realização de Monitoria Oficial em Disciplina do Curso de graduação	3 pontos para cada seis meses de monitoria	3	9
Realização de Monitoria Voluntária em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	3	6
Estágios não obrigatórios na área profissional <sup>2,3</sup>	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Iniciação Científica Oficial sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3,4</sup>	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Iniciação Científica Voluntária sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3,4</sup>	2 pontos para cada 100 horas de atividade	3	6
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3,4</sup>	1 ponto para Projetos acima de 200 horas de atividade	3	3
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino <sup>3,4</sup>	2 pontos para Projetos acima de 500 horas de atividade	3	6
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação internacional <sup>5</sup>	2,5 pontos por artigo publicado	4	10
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação nacional <sup>5</sup>	1,5 pontos por artigo publicado	4	6
Publicação de artigos científicos em periódicos sem indexação <sup>5</sup>	0,5 pontos por artigo publicado	3	1,5
Publicação de resumo em anais de congresso internacional <sup>5,6</sup>	0,3 pontos por resumo publicado	5	1,5
Publicação de resumo em anais de congresso nacional <sup>5,6</sup>	0,2 pontos por resumo	5	1
Apresentação oral em Congresso Internacional <sup>5,6</sup>	1 ponto por apresentação	3	3
Apresentação oral em Congresso Nacional <sup>5,6</sup>	0,5 pontos por apresentação	6	3
Apresentação oral em Congresso local ou regional <sup>5,6</sup>	0,3 pontos por apresentação	5	1,5
Apresentação oral em outros eventos científicos <sup>5,6</sup>	0,2 pontos por apresentação	5	1

Apresentação em pôster em Congresso Internacional <sup>5,6</sup>	0,5 pontos por apresentação	6	3
Apresentação em pôster em Congresso Nacional <sup>5,6</sup>	0,25 pontos por apresentação	6	1,5
Apresentação em pôster em Congresso local ou regional <sup>5,6</sup>	0,1 pontos por apresentação	5	0,5
Organização de Congresso	1 pontos por evento	2	2
Organização de outros eventos científicos	0,5 pontos por evento	2	1
Participação em Congresso	0,25 pontos por evento	8	2
Participação em outros eventos científicos	0,1 pontos por evento	10	1
Participação em ligas acadêmicas	1,0 pontos por ano completo de participação	2	2
Premiações na área profissional	1,5 pontos por prêmio obtido	3	4,5
Participação em Projetos Sociais <sup>3</sup>	1 ponto para cada 100 horas de participação	3	3
Língua estrangeira <sup>7</sup>	1,5 pontos por língua	2	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida	1,5 pontos por certificado	1	1,5
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	1 ponto por certificado	1	1
Programa de residência credenciado pela CNRMS	2,5 pontos por programa finalizado	1	2,5
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>			<b>100</b>

<sup>1</sup> Nenhum dos itens aceitará atividade fracionada ou incompleta

<sup>2</sup> Realizado em hospital universitário ou com programa de residência

<sup>3</sup> Tempo mínimo de 100 horas por estágio para ser pontuado

<sup>4</sup> Somente serão válidos certificados emitidos pelas Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão de Instituições de ensino Superior.

<sup>5</sup> O trabalho poderá ser pontuado apenas uma vez, independente do número de periódicos ou congressos em que foi publicado ou apresentado.

<sup>6</sup> Devem ser apresentados comprovantes específicos e individuais para cada atividade, isto é, um de participação no congresso, um de publicação nos anais, um de apresentador oral ou na forma de pôster, sempre com o nome do candidato devidamente identificado. Caso seja apresentado um único comprovante, este será validado somente para a atividade para a qual foi emitido.

<sup>7</sup> A proficiência deverá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Inglês:

- TEAP
- WAP
- IELTS
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

Espanhol:

- DELE

Alemão

- KDS

Francês

- DELF
- DALF

Italiano

- CELI

Aos candidatos estrangeiros também será exigida a proficiência em língua portuguesa que poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação em exame realizado pela CELPE-BRAS

Para a análise do Currículo, haverá a validação presencial dos documentos anexados eletronicamente pelo candidato, sendo sua presença obrigatória. Os procedimentos para o envio e para a validação presencial do Currículo estão descritos nos itens 7 e 10 do Edital nº 57/2017.

No momento da validação, o candidato deverá trazer os documentos originais que foram anexados eletronicamente. Não serão aceitas fotocópias dos documentos.

A pontuação referente aos documentos não apresentados será anulada e a não veracidade de informações acarretará na eliminação do candidato, conforme item 7.11 do Edital nº 57/2017, sem prejuízo de demais sanções eventualmente aplicáveis.

### 4.3 Terceira Fase

Prova Discursiva, elaborada, estruturada e coordenada pelo NC/UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR. A prova valerá 100 (cem) pontos e terá peso 2.5 (dois vírgula cinco) na soma total da nota final.

A Prova Discursiva será aplicada somente para os candidatos da área profissional de **Nutrição** do Programa de Atenção Hospitalar e para os candidatos da área profissional de **Medicina Veterinária** - áreas de concentração realizadas no Campus I/Curitiba.

Para o programa de **Nutrição** a prova será realizada no dia **02/11/2017** e será composta de 03 (três) questões com base em conteúdos específicos para cada área de concentração.

Para os programas da área profissional de **Medicina Veterinária** a prova será realizada no dia **02/11/2017** e será composta de 01 (uma) questão) com base em conteúdos específicos para cada uma das seguintes áreas de concentração: **Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Selvagens – PR; Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Selvagens – SC; Diagnóstico por Imagem; Ornitopatologia; Patologia Clínica Veterinária; Odontologia Veterinária; Oftalmologia Veterinária; Patologia Veterinária; Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais; Clínica Médica de Pequenos Animais; Patologia Clínica Veterinária (Biologia Molecular); Medicina Veterinária do Coletivo; e Oncologia.**

A prova discursiva valerá preliminarmente 100 (cem) pontos e terá peso 2,5 (dois vírgula cinco) para fins de cálculo final da nota. Na Prova Discursiva haverá, para cada candidato, um caderno de prova e uma versão definitiva, já identificados e numerados adequadamente.

### 4.4 Quarta Fase

A Prova Prática será realizada no dia **03/12/2017** e será elaborada, estruturada e coordenada pelo NC/UFPR, sob supervisão da COREMU do CHC-UFPR, aplicada somente aos candidatos classificados da área profissional de **Psicologia do Programa de Atenção Hospitalar** e para o **Programa de Medicina Veterinária – Áreas de Anestesiologia Veterinária e Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais.**

Para a área profissional de **Psicologia**, a prova prática consistirá em uma entrevista clínica realizada pelo candidato. Após a realização da entrevista clínica, o candidato será submetido a arguição de uma Banca Examinadora, que avaliará sua capacidade de raciocínio clínico, sua fundamentação teórica e seu desempenho profissional.

Para o programa de **Medicina Veterinária – Anestesiologia Veterinária e Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais** – será solicitado ao candidato que discorra oralmente e/ou demonstre habilidades sobre um tema da área pretendida.

A prova prática valerá 100 (cem) pontos e terá peso 2,5 (dois vírgula cinco) na soma total da nota final.

Para a realização da prova, o candidato será avaliado por meio de seu conhecimento, habilidade e atitude relacionada ao programa.

Quanto aos procedimentos da Prova Prática os candidatos devem consultar o item 9 do Edital nº 57/2017.

## 4.5 Classificação Final

A classificação final será o resultado da soma dos pontos obtidos em todas as provas e na análise do currículo. Serão convocados para a matrícula os melhores classificados até o preenchimento do número de vagas disponíveis.

## 4.6 Quinta Fase

Matrícula presencial e Ato de Posse, executada e coordenada pelo Núcleo de Concursos (NC) da UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR.

### Matrícula Presencial e Assinatura do Contrato

Sala 1 do Anexo B do CHC-UFPR, data e horário conforme abaixo

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA	DATA	HORA PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES
Programa Atenção Hospitalar	24/01/2018	8h00min – 12h00min

\* Para os demais programas a matrícula ocorrerá no dia 01/03/2018.

Na ocasião da matrícula presencial, o candidato deverá imprimir o comprovante de matrícula, o contrato e a ficha cadastral, assim como apresentar os documentos **originais e cópias** listados no item 12.6 do Edital nº 57/2017.

### Ato de Posse

O ato de posse será realizado no dia **01 de março de 2018**, com a presença do próprio candidato na cerimônia de Posse, a ser realizada de acordo com o quadro abaixo:

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE	HORA PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES	LOCAL
Atenção Hospitalar	07h30min	Auditório do Setor de Ciências da Saúde da UFPR. R. Padre Camargo, nº 280 – Alto da Glória / Curitiba – PR
Buco-Maxilo-Faciais	08h00 min	Departamento de Estomatologia. Av. Prefeito Lothário Meissner, nº 3.400 – Jardim Botânico / Curitiba – PR
Saúde da Família	08h00 min	Departamento de Saúde Comunitária. R. Padre Camargo, nº 280, 7º andar – Alto da Glória / Curitiba – PR
Medicina Veterinária	08h00 min	Anfiteatro do Hospital Veterinário. R. dos Funcionários, nº 1.540, Juveve / Curitiba – PR

## 5 Início das Atividades

O início das atividades dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPR será realizado no dia **01 de março de 2018**, logo após o ato de posse, conforme apresentado acima.

Para os candidatos convocados por meio de suplência até o dia 26/02/2018, o início das atividades ocorrerá conforme os itens 13.1 do Edital nº 57/2017. Para os candidatos convocados a partir do dia 01/03/2018 ou posterior, o início das atividades será imediato.



## Valor da Bolsa

O valor da bolsa assegurada aos profissionais de saúde residentes, em regime especial de treinamento é de R\$3.330,43 (três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos).

## 6 Programa de Provas e Referências

### CONTEÚDO GERAL

1. ATENÇÃO HOSPITALAR
2. SAÚDE DA FAMÍLIA
3. CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

### PROGRAMA

1. Determinantes do processo saúde-doença: condições de vida e trabalho dos indivíduos, famílias e comunidade.
2. Promoção da saúde e prevenção de doenças.
3. História das políticas públicas de saúde no Brasil.
4. Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes; controle social e participação da comunidade; legislações correlatas.
5. Planejamento, avaliação e organização de serviços de saúde.
6. Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família: princípios, fundamentos e legislação específica.
7. Trabalho em equipe multiprofissional.
8. Redes de Atenção à Saúde: conceitos, atributos essenciais e componentes.
9. Redes Temáticas ou Prioritárias no Sistema Único de Saúde: Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Rede Cegonha (atenção à gestante e de atenção à criança até 24 meses), Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas.
10. Vigilância em saúde: epidemiológica, vigilância sanitária e ambiental.

### BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
2. BRASIL. Gabinete da Presidência. Decreto nº 7.508. **Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências**. Brasília-DF, 28 de junho de 2011.
3. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990.
4. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.142**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/ Rede Cegonha**. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_redecegonha.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php)> e <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp\\_ras.php?conteudo=rede\\_cegonha](http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_cegonha)>.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/SMP RAS/ Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp\\_ras.php?conteudo=rede\\_deficiencias](http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_deficiencias)>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. **Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2012.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas de saúde no Brasil: um século de luta pelo direito à saúde**. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mASmxCU0nIE>>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. (Série E. Legislação em Saúde) Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 110 p.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Especializada. Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Rede de Atenção Psicossocial**.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental**. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) Brasília: Saúde, 2013, 176 p. Disponível em <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013, 84 p.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS/Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 812 p. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>.
16. BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 141**. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo. Brasília-DF, 13 de janeiro de 2012.
17. BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, 2001.

18. CARVALHO, SR. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança. **Saúde em Debate**, n. 163. São Paulo: Hucitec, 2005, 183p.
19. CONTANDRIOPOULOS, A. P.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J. L.; PINEAULT, R. Avaliação na área da saúde, conceitos e métodos. In: HARTZ, Z.M.A. **Avaliação em saúde dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 29-48.  
Disponível em <[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_instrutivo\\_rede\\_atencao\\_urgencias.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf)>.  
Disponível em <<http://www.sau.de.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>>.
20. DIVULGAÇÃO EM SAÚDE PARA DEBATE, n. 52, p. 4-7, fascículo especial de outubro de 2014. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-52.pdf>>.
21. FURTADO JP. **Avaliação de Programas e Serviços**. In: CAMPOS GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 2006, pp. 715-39.
22. MERHY, E. E. & FEUERWERKER, L. C. M. **Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea**. In: MANDARINO A. C. S. & GOMBERG E. (org.). Leituras de Novas Tecnologias e Saúde. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p.
23. MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado**. In: Ana Cristina de Souza Mandarino; Estélio Gomberg. (Org.). Informar e Educar em Saúde: análises e experiências (no prelo). 1 ed. Salvador: Editora da UFBA, 2011, v. 1, p. 5-21. Disponível em: <[https://static.atencaoobasica.org.br/II\\_Mostra\\_EP/EP\\_Seducacao\\_sau.de\\_gestao\\_e\\_producao\\_do\\_cuidado\\_Merhy\\_e\\_Laura.pdf](https://static.atencaoobasica.org.br/II_Mostra_EP/EP_Seducacao_sau.de_gestao_e_producao_do_cuidado_Merhy_e_Laura.pdf)>.
24. OLIVEIRA, Roberta Gondim; GRABOIS, Victor e MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (Org.) **Qualificação de gestores do SUS**. Rio de Janeiro, RJ : EAD/Ensp, 2009. 404 p. Disponível em: <[http://faa.edu.br/portal/PDF/livros\\_eletronicos/medicina/19\\_qualificacao\\_gestores\\_sus.pdf](http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/medicina/19_qualificacao_gestores_sus.pdf)>.
25. OPAS. Organização Panamericana de Saúde. Informe Dawson sobre el futuro de los servicios medicos y afines 1920: informe provisional presentado al Ministerio de Salud de la Gran Bretaña en 1920 por el Consejo Consultivo de Servicios Médicos y Afines. Washington:OMS, 1964. 38p. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6q96ZZCFxnXN2RMMnJwam5qbW8/edit>>.
26. ROUQUAYROL, M.Z & ALMEIDA FILHO N. **Epidemiologia e Saúde**. 8 ed. Rio de Janeiro: Medsbook, 2013.
27. STARFIELD, B. **Atenção primária - Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Unesco, Ministério da Saúde, 2002, 725p.

## ATENÇÃO HOSPITALAR - ENFERMAGEM

### PROGRAMA

1. Prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
2. Prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.
3. Saúde do trabalhador.
4. Tecnologias e assistência de enfermagem.
5. Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
6. Assistência de enfermagem ao paciente clínico-cirúrgico.
7. Assistência de enfermagem ao paciente crônico e família.
8. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico.
9. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência.
10. Assistência à saúde do adolescente, criança e mulher.
11. A dor e as intervenções de enfermagem. Segurança do paciente.
12. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BONASSA, EM; GATO, MIR. **Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos**. São Paulo: Atheneu, 2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de quedas**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20-%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Quedas.pdf>>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão de alto risco. Manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf)>.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_uso\\_hemocomponentes.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes.pdf)>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções**. 2017. [Internet]. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59318/pcdt\\_hepatite\\_b\\_10\\_04\\_2017\\_web\\_pdf\\_15464.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59318/pcdt_hepatite_b_10_04_2017_web_pdf_15464.pdf)>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus**. Ministério da Saúde: Brasília. 2013. [Internet]. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_36.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf)>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Ministério da Saúde: Brasília. 2013. [Internet]. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_37.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf)>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 39. Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Ministério da Saúde: Brasília. 2014. [Internet]. Disponível em: <[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_sau.de\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_sau.de_familia_cab39.pdf)>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 29. Rastreamento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcad29.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad29.pdf)>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 33. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/caderno\\_33.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf)>.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue. Diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança**. Ministério da Saúde: Brasília. 2016. [Internet]. Disponível em: <<http://www.sau.de.gov.br/public/media/ZgUINSpZiwmb3/10900120219262619909.pdf>>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)>.

13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: <[http://www.hc.ufpr.br/arquivos/guia\\_vigilancia\\_saude\\_completo.pdf](http://www.hc.ufpr.br/arquivos/guia_vigilancia_saude_completo.pdf)>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de identificação do paciente**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20de%20identificacao%20de%20paciente.pdf>>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de úlcera por pressão**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002429jFPtGg.pdf>>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamento**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/0000024901QmwD8.pdf>>.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002428z8pha4.pdf>>.
18. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 485/2005**. Aprova e regulamenta a Norma Regulamentadora n.32 de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de saúde. 2005. [Internet]. Disponível em: <<http://sbbq.iq.usp.br/arquivos/seguranca/portaria485.pdf>>.
19. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto 94406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Conselho Federal de Enfermagem. [Internet]. 1986. [Internet]. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html)>.
20. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 259/2001**. Dispõe sobre a Residência em Enfermagem. Conselho Federal de Enfermagem. 2001. [Internet]. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2592001\\_4297.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2592001_4297.html)>.
21. DUNCAN, B.B.; SCHIMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E.R.J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária e baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed; 2006.
22. FIGUEIREDO, NMA; MACHADO, WCA. **Tratado cuidados de enfermagem médico-cirúrgica**. São Paulo: Roca, 2012. Vol I e II.
23. HOCKENBERRY, DW. **Wong fundamentos de enfermagem pediátrica**. [tradução de Maria Inês Correa Nascimento] 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
24. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço**. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. [Internet]. Disponível em: <[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acoes\\_enfermagem\\_controle\\_cancer.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf)>.
25. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO SÍRIO LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA **Protocolos de atenção básica: saúde das mulheres**. 2016. [Internet]. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_saude\\_mulher.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf)
26. POTTER, P. **Fundamentos de enfermagem**. [tradução de Mayza Ritomy Ide ... et al.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
27. ROCHA, RM; MARTINS WA [editores]. **Manual de prevenção cardiovascular**. 1. ed. – São Paulo: Planmark; Rio de Janeiro: SOCERJ - Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 2017. [Internet]. Disponível em: <[https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual\\_de\\_Prevencao\\_Cardiovascular\\_SOCERJ.pdf](https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual_de_Prevencao_Cardiovascular_SOCERJ.pdf)>

## ATENÇÃO HOSPITALAR - FARMÁCIA

### PROGRAMA

1. Política de medicamentos no Brasil. Saúde baseada em evidências.
2. Farmacocinética, Farmacodinâmica e Equivalência Terapêutica.
3. Ciclo de Assistência Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar.
4. Farmacoterapia para o tratamento de problemas de saúde ligados as Doenças Infecciosas, Cardiovasculares, Diabetes Mellitus, Asma, DPOC, Hepatopatias e Nefropatias em pediatria, adulto, idoso e gestantes.
5. Tratamento de náuseas e vômitos em pacientes com câncer.
6. Manejo da neutropenia febril em pacientes com câncer;
7. Segurança no uso de medicamentos.
8. Erros de medicamentos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Legislações brasileiras aplicáveis à farmácia hospitalar, medicamentos, produtos para a saúde e a pesquisa clínica.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília - 2013. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo\\_final\\_31\\_7\\_2015\\_pdf\\_30707.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo_final_31_7_2015_pdf_30707.pdf)>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. 2013. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>>
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma - 2012. Jornal Brasileiro de Pneumologia. 2012. Nov 1;32 (Suplemento 1):S1-S46.
5. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. 2016 MASCC and ESMO guideline update for the prevention of chemotherapy- and radiotherapy-induced nausea and vomiting and of nausea and vomiting in advanced cancer patients. 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/MASCC-and-ESMO-Consensus-Guidelines-for-the-Prevention-of-Chemotherapy-and-Radiotherapy-Induced-Nausea-and-Vomiting>>.
6. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. Management of Febrile Neutropenia: ESMO Clinical Practice Guidelines. 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/Management-of-Febrile-Neutropenia>>.
7. FUCHS, Flavio Danni . Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional - 4ª Ed. 2010.
8. GILBERT, David N.. Guia Sanford Para Terapia Antimicrobiana 2015. Ac Farmaceutica - Grupo Gen, 2015.
9. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
10. HANSHKOV, V. Pesquisa clínica no Brasil e responsabilidade ética: Um estudo das normas à luz da Bioética - Biodireito - Âmbito

Jurídico.

11. HIGGINS, J.P.T.; Green, S. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. Version 5.1.0 [updated March 2011]. ed: The Cochrane Collaboration, 2011.
12. KRINSKY DL et al. Handbook of nonprescription drugs: an interactive approach to self-care. 18. ed. Washington: American Pharmacists Association; 2014. 104 p.
13. MARGONATO, 2006. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. v.18, nº 3/4, Infarma 2006.
14. NAVARI, R.M.; 5-HT3 receptors as important mediators of nausea and vomiting due to chemotherapy. 2015. Biochimica et Biophysica Acta. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0005273615000991>
15. NISHIOKA, 2006. Regulação da Pesquisa Clínica no Brasil: Passado, Presente e Futuro. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo\\_ph\\_48\\_serjio\\_nishioka.pdf?script=s](http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo_ph_48_serjio_nishioka.pdf?script=s)>.
16. SIMAO, A.F., Prêcoma D.B, Andrade J.P, Correa Filho H, Saraiva J.F.K, Oliveira G.M.M. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. Arq Bras Cardiol; 2013. p. 101 (6Supl.2): 1–63.
17. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol. São Paulo, Volume 107, Nº 3, 2017. ISSN-0066-782X
18. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. Arq Brás Cardiol 2013.
19. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretrizes de Monitoração Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e III Diretrizes de Monitoração Residencial da Pressão Arterial (MRPA). Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 97, n. 3, Sept. 2011 .
20. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2015-2016. São Paulo: 2015.
21. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014. São Paulo: 2014.
22. STORPIRTIS, S. et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Ed. Guanabara Koogan, 2008.
23. SUTTON, A.J.; Abrams, K.R.; Jones, D.R.; Sheldon, T.A.; Song, F. Methods for Meta-Analysis in Medical Research. Wiley: 2000. 317 p.
24. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care. 2016. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/252274/1/9789241511643-eng.pdf?ua=1&ua=1> >.
25. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Without Harm. 2017. Disponível em: <[http://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2017/05/WHO-Brochure-GPSC\\_Medication-Without-Harm-1.pdf](http://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2017/05/WHO-Brochure-GPSC_Medication-Without-Harm-1.pdf)>.

## ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA BIOQUÍMICA

### PROGRAMA

1. Legislação aplicada a laboratórios de análise clínicas.
2. Aspectos clínicos e Laboratoriais dos seguintes temas: Hematologia, Bacteriologia, Virologia, Parasitologia.
3. Micologia.
4. Bioquímica.
5. Sorologia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERG; J. M.; STRYER, L.; TYMOCZKO, J. L. **Bioquímica**. 7ª ed; Guanabara Koogan, 2014.
2. BURTIS, C.A et al. **Textbook of Clinical Chemistry and Molecular Diagnostics**. 5ªed.; Saunders, 2012.
3. GREER J.P et al. **Wintrobe's Clinical Hematology**, 13ªed. Lippincott Williams e Wilkins, 2014.
4. HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E., MOSS, P.A.H. **Fundamentos em Hematologia**. 4. ed. Artmed, Porto Alegre, 2004.
5. JORGENSEN, J. H. et al. Manual of Clinical Microbiology. 11 ed. ASM press, Washington, DC, 2015.
6. KONEMAN, E.W. Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
7. MANUAL TÉCNICO PARA O DIAGNÓSTICO DA INFECÇÃO PELO HIV. Ministério da Saúde. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.pncq.org.br/Qualinews/BR/Index/173>
8. NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 6ª ed; Artmed, 2014.
9. NEVES, P. D. **Parasitologia Humana**. 11ª ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
10. OPLUSTIL, C. P. et al. Procedimentos básicos em Microbiologia Clínica. 3 ed. Sarvier, São Paulo, 2010
11. RESOLUÇÃO – RDC/ANVISA Nº. 302, de 13 de outubro de 2005.
12. SANTOS, N. S. O; ROMANOS, M. T. V; WIGG, M.D. **Introdução a Virologia Humana**. 3ªed. Editora: Guanabara Koogan, 2015.

## ATENÇÃO HOSPITALAR - FISIOTERAPIA

### PROGRAMA

1. Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade.
2. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas médica, neurologia, infectologia, pediatria e ortopedia.
3. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas cirúrgicas: ortopedia, cirurgia geral adulto e pediátrica, neurocirurgia.
4. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em urgência e emergência, em unidade de terapia intensiva adulto/idoso e pediátrico, UTI neonatal.
5. Modalidades de ventilação mecânica.
6. Avaliação e tratamento fisioterapêutico do paciente com hemofilia e demais coagulopatias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTILHO-WEINERT, L.V.; FORTI-BELLANI, C.D. **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba: Ompax, 2011 (on line).
2. CORRÊA, C. L. **Paralisia facial periférica**. São Paulo: Phorte, 2011.
3. DIRETRIZES BRASILEIRAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, AMIB, 2013.
4. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
5. FERREIRA, A. S. **Lesões nervosas periféricas: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Santos, 2006.
6. GREVE, J.M.D. **Tratado de medicina de reabilitação**. São Paulo: Roca, 2007.
7. GUCCIONE, A. A. **Fisioterapia geriátrica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
8. IRWIN, S.&TECKLIN,J.S. **Fisioterapia Cardiopulmonar**.3ªed.São Paulo: Manole, 2003.
9. ISRAEL,V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: IBPEX, 2010.
10. KISNER C, COLBY LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
11. LONG, T. M; CINTAS, H. L. **Manual de Fisioterapia Pediátrica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
12. MACHADO. M.G.R. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
13. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 5ªed. São Paulo: Manole, 2010.
14. MOURA de, E. W; LIMA, E; BORGES, D; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação**.2ªed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
15. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)**- São Paulo: Editora da USP, 2003.
16. PACHECO, L. R. L; WOLFF, A. L. P. **Ortopedia e fisioterapia em hemofilia**. São Paulo: Manole, 2013.
17. PRADO, C; VALE, L. A. **Fisioterapia neonatal e pediátrica**. São Paulo: Manole, 2012.
18. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso**. São Paulo: Manole, 2004.
19. SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 3ed. Barueri: Manole, 2010.
20. SARMENTO,G.J.V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.

## ATENÇÃO HOSPITALAR - NUTRIÇÃO

### PROGRAMA

Nutrição: Digestão e Absorção de Nutrientes, Diagnóstico e Avaliação Nutricional; terapia nutricional em: Hipertensão Arterial Sistêmica; Dislipidemia; Doença Arterial Coronária Crônica; Insuficiência Cardíaca; Obesidade e Síndrome Metabólica; Diabetes Mellitus; Distúrbios Motores do Esôfago; Doença do Refluxo Gastro-Esofageano; tratamento das Doenças do Estômago; Pancreatite; Diarréias; Doença Celíaca; Doenças inflamatórias intestinais; Constipação Intestinal; Síndrome do Intestino Irritável; Doença Diverticular dos Cóloons; Distúrbios Gastrointestinais no Idoso; Doenças Hepáticas; Anemias; Doença Cérebro Vascular; Doenças Renais; Cirurgias do Sistema Digestivo; Cuidados Nutricionais no Câncer e Transplante de Medula Óssea; Cuidados Nutricionais nas doenças infectocontagiosas; erros inatos do metabolismo, alergias e intolerâncias alimentares e assistência nutricional em condições psiquiátricas, Terapia Nutricional Enteral e Parenteral.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. / Instituto Nacional de Câncer. 2º Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2015
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. Volume II / Instituto Nacional de Câncer. 2º Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2016
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2014
4. DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES – São Paulo: AC Farmacêutica, 2013. <http://www.diabetes.org.br/diretrizes-e-posicionamentos>
5. FIDELIX MSP Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição. Associação Brasileira de Nutrição, 2014 disponível em: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1265>
6. MAHAN, L.K. Escott-Stump, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
7. SHILLS M. SHIKE, M, ROSS A. C. et al. Nutrição moderna na saúde e na doença. 12 ed. Barueri: Manole, 2009.
8. Sociedade Brasileira de Cardiologia ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ BRASILEIRA DE DISLIPIDEMIAS E PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE – 2017 Volume 109, Nº 2, Supl. 1, Agosto 2017. [file:///C:/Users/NUTRICA0/Downloads/02\\_DIRETRIZ\\_DE\\_DISLIPIDEMIAS%202017.pdf](file:///C:/Users/NUTRICA0/Downloads/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS%202017.pdf)
9. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA VII Diretriz Brasileira de Hipertensão, Arq Bras Cardiol. 2016;107(n. 7 supl.3) [http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf)
10. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2013;100(1supl.3). [http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz\\_Gordura.asp](http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp)
11. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemia e Prevenção de Aterosclerose. Arq Bras Cardiol. 2013;101(n.4supl.1) [http://www.sbpcc.org.br/upload/conteudo/V\\_Diretriz\\_Brasileira\\_de\\_Dislipidemias.pdf](http://www.sbpcc.org.br/upload/conteudo/V_Diretriz_Brasileira_de_Dislipidemias.pdf)

## ATENÇÃO HOSPITALAR - ODONTOLOGIA

### PROGRAMA

1. Estomatologia.
2. Manifestações bucais de doenças sistêmicas.
3. Manejo odontológico do paciente oncológico.
4. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas.
5. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica.
6. Câncer Bucal e da região de cabeça e pescoço.
7. Neoplasias hematológicas.
8. Falência medular.
9. Exame hematológicos.
10. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, Protocolos de referência e contrarreferencia em saúde bucal, Telessaúde.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, 8ª.ed., Santos Editora, 2013.
2. LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
3. MARCUCCI G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
4. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª.ed., Elsevier/Medicina Nancional, Rio de Janeiro, 2009.

## ATENÇÃO HOSPITALAR - PSICOLOGIA

### PROGRAMA

1. Psicologia Hospitalar.
2. Psicologia Analítica.
3. Psicodrama.
4. Psicanálise.
5. Ética Profissional.
6. Pesquisa em Psicologia.
7. Psico-Oncologia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMORIM, S. & BILOTTA, F. Jung e Saúde: Temas Contemporâneos. Cap. 03 e 16. Paco Editorial. 2014.
2. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016. Seção 1.
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
4. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Cadernos de Psicologia Hospitalar CRP 08. Coletânea Coleção Psi - Série Técnica – CRP08. Disponível em: <http://www.portal.crpr.org.br/download/164.pdf>.
5. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução CRP nº 005/2007. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Disponível em: [http://www.portal.crpr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao\\_crp\\_2007\\_005.pdf](http://www.portal.crpr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao_crp_2007_005.pdf).
6. DIAS, V.R.C. Psicodrama: Teoria e Prática – Caps. 1 a 4 e 9. Ed. Ágora- São Paulo - 1987.
7. FONSECA FILHO, J. Psicodrama da Loucura. Caps 1 e 5. São Paulo. Ed Ágora. 2008.
8. FREIRE, J.M.G. e PEREIRA, M.E.C. Avaliação de resultados em psicanálise: Bambi sobreviverá a Godzilla? Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382011000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382011000100009).
9. FREUD, S. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In: Obras completas. Vol. XI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. Obras completas. Vol. XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. Luto e Melancolia. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. O inconsciente. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. Sobre os critérios para diferenciar da neurastenia uma síndrome particular intitulada “neurose de angústia” In: Obras completas. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. GONÇALVES C. S., WOLFF J. C., ALMEIDA W. C. Lições de Psicodrama, Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno. Capítulos 4 a 7, 9 e São Paulo, Ágora, 1988.
19. JUNG, C. G. A Vida Simbólica. Obras Completas, volume XVIII/I. Cap. II. Símbolos e Interpretação dos Sonhos. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1998.
20. JUNG, C. G. Tipos Psicológicos. Obras Completas, volume VI. Cap. X. Descrição Geral dos Tipos e XI. Definições. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1991.
21. LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. Escritos. Jorge Zahar, 1998.
22. LACAN, J. O Seminário – livro 11 – Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise. Caps. 16 e 17. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
23. LUNA FILHO, B. A ciência e a arte de ler artigos médicos. Caps 1 e 2. São Paulo. Atheneu Editora, 2010.

24. MADUREIRA, A.F. A.I e BRANCO, A. U. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas psicol.**[online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 63-75. ISSN 1413-389X.
25. MOURA, M.D. (organizadora). *Oncologia: Clínica do limite terapêutico?* Psicanálise e Medicina. Artesan Editora, Belo Horizonte, 2013.
26. MOURA, M.D. (organizadora). *Psicanálise e Hospital.* (Caps. 1, 2, 9 e 10) 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
27. NASIO, J.D. *Como agir com um adolescente difícil?* Rio de Janeiro. Zahar, 2011.
28. OLIVEIRA, N. D. e TAFURI M.I. O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no conteúdo da universidade, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142012000400007&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142012000400007&script=sci_abstract)
29. PAMPLONA, V. *Mulher, Parto e Psicodrama.* Capítulos 1 a 4. 1ª ed. São Paulo, Ágora, 1990.
30. SPITZ, R.A. *O primeiro ano de vida.* Caps 3,5,13 e 14. Martins Fontes; 1979
31. VIGANO, C. *Avaliação e evidência clínica na saúde mental.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rp/v13n3/a07v13n3.pdf>
32. ZIMMERMANN, Elisabeth (organizadora). *Corpo e Individualização.* Capítulos 3, 4 e 5. Editora Vozes. 2009.

## ATENÇÃO HOSPITALAR – SERVIÇO SOCIAL

### PROGRAMA

1. Ética e regulamentação profissional.
2. Fundamentos e produção do conhecimento do Serviço Social.
3. Serviço Social e Saúde.
4. Políticas Sociais.
5. Sistema Único de Saúde – SUS.
6. Política de Saúde.
7. Residências Multiprofissionais em Saúde.
8. Gestão e Controle Social na Saúde.
9. Violência.
10. Direitos Humanos e Sociais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; BRAVO, Maria Inês de Souza. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 3, p. 499-518, set./dez. 2014.
2. AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, Set 2008, vol.17, no.3, p.101-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/11.pdf>
3. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.
4. BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm)
5. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm)
6. BRASIL. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)
7. BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: <http://www.use.ufscar.br/direitos-e-deveres-dos-usuarios/carta-direitos-usuarios>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** 4.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizassus\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus\\_4ed.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizassus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf)
10. CLOSS, Thaísa Teixeira. Inserção do Serviço Social nas residências multiprofissionais em atenção básica. In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação: a excelência na formação do assistente social** [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EdiPUCRS, 2012. (p. 34-62). Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0192-6.pdf>
11. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do Assistente Social. **Resolução CFESS n. 594 de 21 de janeiro de 2011.** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/is/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/is/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)
12. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução n. 383 de 29 de março de 1999.** Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_383\\_99.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf)
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)

14. COSTA, Ana Maria; VIEIRA, Natália Aurélio. Participação e controle social em saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro**: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/98kpw/pdf/noronha-9788581100173-08.pdf>
15. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Capítulo II, itens 2 e 3; Capítulo III, itens 1, 2, 3; Capítulo IV, item 2 e 2.1).
16. MENDES, Jussara Maria Rosa e ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social Sociedade** [online]. 2014, n. 120, (p. 640-661). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/03.pdf>
17. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Regina Célia Tamaso Mioto. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [http://www.sbfpa.org.br/fnepas/pdf/servico\\_social\\_saude/sumario.htm](http://www.sbfpa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm)
18. SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo Público e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade**. n. 126, São Paulo, mai/ago 2016. (p. 318-339). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0318.pdf>
19. VARGAS, Tatiane Moreira de; BELLINI, Maria Isabel Barros. Serviço social e educação na saúde: considerações sobre a inserção do serviço social nos programas de residência multiprofissional em saúde In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação**: a excelência na formação do assistente social [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EdUPUCRS, 2012. (p. 63-77).

## ATENÇÃO HOSPITALAR – TERAPIA OCUPACIONAL

### PROGRAMA

1. O adolescente, o adulto e idoso, sua família e a hospitalização.
2. As transformações do cotidiano e reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização.
3. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente.
4. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares.
5. Morte, Luto e Perdas.
6. Cuidados Paliativos.
7. A Atuação do Terapeuta Ocupacional em Contexto Hospitalar nas Condições Clínicas Predominantes nas Áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Hematologia, Infectologia, Neurologia e Oncologia e Saúde da Mulher, Interconsulta de Terapia Ocupacional.
8. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional.
9. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
10. Modelos e Abordagens da Terapia Ocupacional.
11. Métodos e Técnicas de Avaliação.
12. Atividades e Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional.
13. Ética e Regulamentação Profissional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.<sup>a</sup> ed. Occupational therapy practice framework: Domain and process- (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui; (versão original: *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Suppl.1), S1–S48. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). Rev Ter Ocup USP [Internet]. 2015 [acesso em 2015 ago 2] jan.-abr; 26(ed. esp.):1-49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>>.
2. Botega, N.J. (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsultas e emergência. 2.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 2, 3, 4, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da saúde, 2004 (Série B. Textos Básicos de Saúde) [acesso em 27 jul 2015]; Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Humanizasus\\_2004.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Humanizasus_2004.pdf)>.
4. Cavalcanti, A.; Galvão, C., organizadoras. Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, cap. 5, 6, 9, 10, 12, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 56.
5. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº425, De 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. (D.O.U.nº 147, Seção 1 de 01 ago 2013. [Internet]. [acesso em 2015 jul 28]. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br>>.
6. De Carlo, M. M. R. P.; Bartalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed, São Paulo: Plexus, 2001.
7. De Carlo, M. M. R. P.; Luzo, M. C. M. Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004, cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
8. De Carlo, M. M. R. P.; Queiroz, M. E. G. Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.
9. Galheigo, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. Rev Ter. Ocup USP [Internet] . 2008 jan./abr [acesso em 2015 jul 28] 19(1): p. 20-28.
10. Hagedorn, R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. Tradução por Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007, cap. 2, 11, 13, 14, 15.
11. Hagedorn, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. Trad. José Batista. rev. técnica Selma Lacman. São Paulo: Dynamis, 1999. cap. 5, 10.
12. Neistadt, M.; Crepeau, E. B. Willard & Spackman - Terapia Ocupacional. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, cap. 19,



13. Othero, M. B. (Org.). Terapia Ocupacional – Práticas em Oncologia. São Paulo: Roca, 2010, cap. 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19.
14. Pedretti, L. W.; Early, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 2005.
15. Trombly, A. C.; Radomski, M. V. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 5. ed. São Paulo: Santos, 2005, cap., 11, 30, 32, 38, 40, 44, 47.

## SAÚDE DA FAMÍLIA - ENFERMAGEM

### PROGRAMA

1. Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
2. Atenção à Saúde da Mulher.
3. Atenção à Saúde do Adulto.
4. Atenção à Saúde do Idoso.
5. Atenção em Saúde Mental.
6. Ética e Bioética aplicada à Enfermagem.
7. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
8. Normas e Práticas de Biossegurança.
9. Segurança do paciente. Procedimentos de Enfermagem.
10. Intervenções Básicas em Urgência e Emergências.
11. Processo de Enfermagem.
12. Vigilância à Saúde.
13. Processo de trabalho na Atenção Básica.
14. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica.
15. Programa Nacional de Imunização e Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
16. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
17. Gerenciamento de Enfermagem.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BACELAR JÚNIOR, AJ. et al . CÂNCER DE PRÓSTATA: MÉTODOS DE DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. Vol.10, n.3, pp.40-46 Mar - Mai 2015. Disponível em [http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150501\\_174533.pdf](http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150501_174533.pdf)
2. BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34 p. – (Série ação parlamentar; n. 422). Disponível em <http://adcon.m.gov.br/ACERVO/spmrrn/DOC/DOC000000000076385.PDF>
3. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: [http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro\\_5.pdf](http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf)
4. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 2. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: [http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro\\_6.pdf](http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf)
5. BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10741/03 | Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – Saúde da Mulher**. Disponível em [http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203\\_13\\_04\\_16.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante** 3ª edição Brasília – DF 2016 Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação da Criança (PNI) – 2016. Disponível em <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/Imuniza%C3%A7%C3%A3o/Calend%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20a%20Crian%C3%A7a%20-%20PNI%20-%202016.pdf>
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf>
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Informativa nº 384, de 26/12/2016 – CGPNI/DVDT/SVS/MS. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica nº 39). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria\\_2528.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_2528.pdf)
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Triagem neonatal biológica: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 80 p. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem\\_neonatal\\_biologica\\_manual\\_tecnico.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem_neonatal_biologica_manual_tecnico.pdf)
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf)

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero da mama. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle\\_canceres\\_colo\\_uterio\\_2013.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf)
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf)
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcdad26.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcdad26.pdf)
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html)
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_doenca\\_cronica\\_diabetes\\_mellitus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf)
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_n19.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf)
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_pessoa\\_doenca\\_cronica.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf)
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_respiratorias\\_cronicas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf)
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf)
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica; nº. 24). Disponível em [http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno\\_Aten\\_Bas\\_24\\_PSE%20\(1\).pdf](http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno_Aten_Bas_24_PSE%20(1).pdf)
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_366915019.pdf](http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf)
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_doenca\\_cronica\\_obesidade\\_cab38.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf)
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção às mulheres com gestação de anencéfalos: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/13/anencefalianovo.pdf>
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_pessoa\\_doenca\\_cronica\\_cab35.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf)
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_estrutura\\_ubs.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf)
34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em <http://combateades.saude.gov.br/images/sala-de-situacao/Microcefalia-Protocolo-de-vigilancia-e-resposta-10mar2016-18h.pdf>
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_procedimentos\\_vacinacao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf)
36. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_epidemiologica\\_eventos\\_adversos\\_pos\\_vacinacao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf)
37. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. NOTA INFORMATIVA E RECOMENDAÇÕES SOBRE A SAZONALIDADE DA INFLUENZA 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/414-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/influenza/22873-informacoes-sobre-gripe>
38. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>
39. BRASIL. RESOLUÇÃO - RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e outras providências. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html)

40. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - DECRETO N 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html)
41. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício enfermagem e dá outras providências, 1986. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html)
42. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html)
43. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 429/2012. Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte - tradicional ou eletrônico. Disponível em [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-n-4292012\\_9263.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-n-4292012_9263.html)
44. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 487/2015. Veda aos profissionais de Enfermagem o cumprimento prescrição médica a distância e a execução da prescrição médica fora da validade. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-4872015\\_33939.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-4872015_33939.html)
45. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN-311/2007, aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2007. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf)
46. CYPEL, S. (Org.) Fundamentos do desenvolvimento infantil: da Gestação aos 3 anos / [organizador Saul Cypel]. --São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Fundamentos-do-desenvolvimento-infantil.aspx>
47. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015/ Sociedade Brasileira de Diabetes; [organização José Egídio Paulo de Oliveira Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2015. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/images/2015/area-restrita/diretrizes-st-2015.pdf>
48. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
49. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (INCA). Coordenação Geral de Ações Estratégicas Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Diretrizes para a vigilância câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes\\_vigilancia\\_cancer\\_trabalho.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf)
50. KURCGANT, Paulina (coord.) et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed. 2011.
51. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 20 [citado 2012 jun 17]. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_acoas\\_enfrent\\_dcnt\\_2011.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoas_enfrent_dcnt_2011.pdf)
52. OGUISSO, T; SCHMIT, M. J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2011.
53. POTTER, P.A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
54. SÃO PAULO. Risco biológico, biossegurança: recomendações gerais / Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Atenção Básica Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA – São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/manual\\_bioseguanca\\_ubs\\_1254775051.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/manual_bioseguanca_ubs_1254775051.pdf)
55. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Disponível em: [http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz\\_hipertensao\\_associados.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf)  
[http://www.sbh.org.br/pdf/diretrizes\\_final.pdf](http://www.sbh.org.br/pdf/diretrizes_final.pdf)
56. WILKINSON, J.M; LEUVEN, K. Fundamentos de Enfermagem. São Paulo. Editora Rocca, 2010.

## SAÚDE DA FAMÍLIA - FARMÁCIA

### PROGRAMA

1. Assistência Farmacêutica.
2. Atenção farmacêutica.
3. Acompanhamento farmacoterapêutico.
4. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
5. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central e DSTs.
6. Cálculos farmacêuticos.
7. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
8. Farmacovigilância.
9. Farmacoeconomia.
10. Farmacoe epidemiologia.
11. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
12. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, ML. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
2. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N; ALLEN,L.V.J. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
3. ANSEL. H. C., STOKLOSA. M.J. Cálculos **farmacêuticos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. Epidemiologia básica. OMS 2006. 2 ed. São Paulo: Santos, 2010.
5. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 44 de 17 de agosto de 2009.
6. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 67, de 08 de outubro de 2007 e alterações.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
8. BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional da Assistência Farmacêutica Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. E suas alterações e atualizações.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas. Brasília, 2006.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, nº 25).
21. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. Preceptor's handbook for pharmacists. Bethesda: ASHP, 2009.
22. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília: ANVISA, 2010.
23. FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 3.ed. Brasília: ANVISA, 2011.
24. FERREIRA, AO. Guia prático da farmácia magistral. 3 ed. Volume 1. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
25. FONTES, O.L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M.V.; TEIXEIRA, M.Z.; KISHI, M.A.; AMORIM, V.O. Farmácia homeopática teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
26. FORMULÁRIO Nacional. 2 ed. Brasília: ANVISA, 2011.
27. GENNARO, A.R. Remington – a ciência e a prática da farmácia. 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
28. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. Goodman & Gilman As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11. ed. McGraw Hill, 2006.
29. IVAMA, AM; NOBLAT, L; CASTRO, MS; OLIVEIRA, NVBV; JARAMILLO, NM; RECH, N. Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília, 2002.
30. OLIVEIRA, A.B. Ensino e **assistência farmacêutica**: a função social e política do farmacêutico como agente de saúde de São Luís: EDUFMA, 1993.
31. OLIVEIRA, J.E.P; VENCIO, S. (Org.) Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo: AC Farmacêutica, 2016.
32. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A Importância Farmacovigilância: monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
33. POLACOW, M; MENEGASSO, PE; RIZZI, RCD. Serviços Farmacêuticos. Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde, Fascículo 3. CRF-SP; OPAS, 2010.
34. RANG, H.P. *et al.* Farmacologia. 6. ed. Elsevier, 2007.
35. SILVA, P. Farmacologia. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
36. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 7, n. 3, Setembro 2016.
37. UFSC. UNA-SUS. Gestão da Assistência Farmacêutica. Módulo 3 – Políticas de Saúde e Acesso ao Medicamento. 2011.

## SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

### PROGRAMA

1. Saúde Única, políticas públicas voltadas à medicina veterinária e saúde ambiental, atuação do médico veterinário na vigilância em saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
2. Vigilância e prevenção das zoonoses de importância em saúde pública.
3. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
4. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
5. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
6. Vigilância sanitária de alimentos.
7. Microbiologia de alimentos.
8. Doenças transmitidas por alimentos.
9. Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos.
10. Segurança dos alimentos.
11. Boas práticas de fabricação.
12. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health: a new professional imperative**. 2008.
2. ANVISA. Resolução RDC n. 12, de 02 de janeiro de 2001. Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. **Diário Oficial da União**. 10 de janeiro de 2001.
3. ANVISA. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. 16 de setembro de 2004.
4. ANVISA. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. 23 de outubro de 2002b.
5. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
6. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**. 03 de agosto de 2010.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: Guia de bolso**. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial da União**. 2011. Seção III. p.4.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p.
15. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/index.php/seguranc-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
16. BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 de outubro de 2011.
17. COSTA, E. A. (org.). **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
18. ELEMENTOS de apoio para o Sistema APPCC. (Série Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Indústria. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE. 2. ed. Brasília, SENAI/DN, 2000.
19. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
20. PARANÁ. RESOLUÇÃO SESA N. 374/2015. Dispõe sobre Norma Técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. **DOE nº 9546, de 30/09/15**. Disponível em:
21. PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Manual de rotulagem para alimentos embalados**. Disponível em: [http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL\\_ROTULAGEM\\_abri08.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL_ROTULAGEM_abri08.pdf)
22. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
23. OPAS. Instituto Pan Americanos de Proteção de Alimentos (INPPAZ). Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). HACCP: Instrumento essencial para a inocuidade dos alimentos. 2003

## SAÚDE DA FAMÍLIA - NUTRIÇÃO

### PROGRAMA

1. Nutrição - Saúde da Família.
2. Política Nacional de Alimentação e Nutrição.
3. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
4. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
5. Diagnóstico nutricional individual e de coletividade.
6. Nutrição Materno Infantil.
7. Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cuidados em terapia nutricional / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012. (2 volumes).
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (2 volumes).
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição/CGPAN. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** – PNAN. Edição revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
6. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
7. BRASIL. **Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica nº. 32).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Carências de micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 20).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica nº. 23).
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33).
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional** – SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)
21. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília, novembro de 2010.

## SAÚDE DA FAMÍLIA - ODONTOLOGIA

### PROGRAMA

1. Educação em Saúde Bucal por Ciclos de Vida.
2. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
3. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
4. Modelos Assistenciais em Odontologia; Política Nacional de Saúde Bucal.
5. Fundamentos de Epidemiologia em Saúde Bucal: conceitos e índices epidemiológicos.
6. Epidemiologia das doenças bucais: análise dos levantamentos epidemiológicos em saúde bucal.
7. Vigilância em Saúde Bucal.
8. Princípios de Cariologia.
9. Métodos e Estratégias para o Controle do Biofilme Dental.
10. Estratégias de Intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
11. Uso de Fluoretos em Saúde Bucal.
12. Avaliação de Risco Social e Biológico para as Doenças Bucais.
13. Planejamento e Programação em Saúde Bucal.
14. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
15. Avaliação e Gestão em Saúde Bucal.
16. Financiamento em Saúde Bucal.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. AERTS, D.; ABEGG, C.; CESA, K. O papel do cirurgião-dentista no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9. n. 1,

- p. 131-138. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19830.pdf>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica: Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, no. 17).
  4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
  5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
  6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, no. 24).
  7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
  8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
  9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
  10. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
  11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acesso e Qualidade Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades odontológicas (PMAQ-CEO): Manual Instrutivo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
  12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
  13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
  14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção. Brasília; 2012. 290 p. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II)
  15. BUFFON, M. C. M. (Org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
  16. CHEACHIRE, L. A.; CORTELLAZZI, K. L.; VAZQUEZ, F. L.; PEREIRA, A. C.; MENEGHIM, M. C.; MIALHE, F. L. Associação entre Risco Social Familiar e Risco à Cárie Dentária e Doença Periodontal em Adultos na ESF. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**, v. 13, n. 1, p.101-110, 2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/pboci/article/viewFile/1457/952>
  17. GENIOLE L. A. I.; KODJAOGLANIAN V. L.; V.C. C.A.; LACERDA V. R. Saúde bucal por ciclos de vida. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Fiocruz Unidade Cerrado Pantanal, 2011.191 p.
  18. GOES, P. S. A. **Gestão da Prática em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
  19. GÓES, P. S. A., MOYSÉS, S. J.(Orgs). **Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2012.
  20. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
  21. KRIGER, L. **Promoção de saúde bucal: paradigma, ciência, humanização**. São Paulo, Ed. Artes Médicas, ABOPREV, 2003
  22. MOYSÉS, S. J. **Saúde coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica**. São Paulo: Artes Médicas, 2013.
  23. OLIVEIRA, C. M. de; Cruz, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. *Saúde em Debate*, v. 39, n. 104, p. 255-267. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf>
  24. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
  25. PEREIRA, A.C. **Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2003.
  26. PERES, Karen Glazer et al. Aspectos sociodemográficos e clínicos da qualidade de vida relacionada à saúde bucal em adolescentes. *Rev. Saúde Pública* [online], v.47, suppl.3, p.19-28, 2013.
  27. PINTO, V. G. **Saúde bucal coletiva**. 5. ed, São Paulo, Ed. Santos, 2008.
  28. SILVA, A. N.; SENNA, M. A. A. **Fundamentos em saúde bucal coletiva**. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

## SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

### PROGRAMA

1. Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional.
2. Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional.
3. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional.
4. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO).
5. Domínio e Processo da Terapia Ocupacional.
6. Modelos de Terapia Ocupacional. Quadros de Referência, Abordagens e Processos de Mudança em Terapia Ocupacional.
7. Análise de atividade em Terapia Ocupacional.
8. Processos Grupais em Terapia Ocupacional.
9. Processo de Terapia Ocupacional.
10. Atenção Básica à Saúde/Atenção Primária à Saúde.
11. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).
12. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
13. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
14. Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.
15. Terapia Ocupacional em comunidade.
16. Terapia Ocupacional em Saúde Mental.
17. Terapia Ocupacional em Gerontologia.

18. Terapia ocupacional e o Brincar.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª Edição. Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68(Suppl.1), S1–S48. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012**. Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências. Disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3124\\_28\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3124_28_12_2012.html)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014**. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483\\_01\\_04\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html).
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793\\_24\\_04\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
8. CABRAL, L.R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>
9. CANÍGLIA, M. **Terapia Ocupacional: um enfoque disciplinar**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.
10. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL **Decreto LEI n. 938 – de 13 de Outubro de 1969**. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3397](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397)
11. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL **RESOLUÇÃO Nº. 81, DE 9 DE MAIO DE 1987**. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>
12. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Definição de Terapia Ocupacional**. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3382](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382).
13. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Especialidades de Terapia Ocupacional**. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3390](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3390)
14. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Formação Acadêmica do Terapeuta Ocupacional**. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3384](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3384)
15. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO)**. Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3404](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404)
16. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº425, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>
17. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **RESOLUÇÃO Nº 445 de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>
18. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **RESOLUÇÃO COFFITO Nº 407 de 18 de agosto de 2011**. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>
19. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
20. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
21. DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
22. FRANCISCO, B.R. **Terapia Ocupacional**. 2ª Ed. Revisada e Atual. Campinas-SP: Papyrus, 2001.
23. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007.
24. HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional**. São Paulo: Dynamis, 1999.
25. LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>
26. MEDEIROS, M.H.R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
27. PÁDUA, E.M.M. de; FERIOTTI, M. de L. **Terapia Ocupacional e Complexidade: práticas multidimensionais**.
28. ROCHA, E.F.; PAIVA, L.F.; OLIVEIRA, R. dos H. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 351-361, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/679/393>



## RESIDÊNCIA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

### PROGRAMA

1. Anatomia de cabeça e pescoço.
2. Anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço.
3. Propedêutica cirúrgica: pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório.
4. Anestesiologia.
5. Terapêutica aplicada.
6. Radiologia: Exames intra-buciais; exames extra-buciais e métodos alternativos de avaliação do complexo Buco-Maxilo-Facial.
7. Cirurgias Buco-Maxilo-Faciais: métodos e técnicas de biópsias; cirurgias reparadoras; cirurgias de dentes inclusos; cirurgias paraendodônticas; cistos e tumores odontogênicos; reconstruções dos rebordos alveolares; seio maxilar e articulação temporomandibular.
8. Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais: princípios gerais e urgências em traumatologia buco-maxilo-faciais; traumatismos alvéolo-dentários; fraturas de mandíbula; fraturas do complexo zigomático-orbitário; fraturas do terço médio da face; traumatismo craniano; fraturas do nariz; fraturas naso-etmóido-orbitárias.
9. Cirurgias ortognáticas.
10. Patologias.
11. Emergências médicas.
12. Noções de implantodontia e enxertias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDREASSEN, J.O & ANDREASSEN, F. S. **Textbook and Color Atlas of Traumatic Injuries to the Teeth**, 3 ed. Mosby, Copenhagen, 1994.
2. BETTS, N.J et al.: **Diagnosis and treatment of the transverse maxillary deficiency**. Int J Adult Orthod Orthognathic Surg. 1995; 10: 75-96,
3. CHIAPASCO, M. **Atlas de Cirurgia Oral**. Ed. Santos, São Paulo, 2005.
4. DRAKE, R. L.; VOGL, A.W. & MITCHEL, A.W.M. **GRAY'S Anatomia para estudantes**. 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
5. EBLING, H. et AL. **Cistos e tumores odontogênicos**. 3 ed. Editora da URGs e Macgrall-Hill. Porto Alegre e São Paulo. 1977
6. ELLIS III E., ZIDE M. F. **Surgical approaches to the facial skeleton**. Williams & Wilkins. Baltimore, 1995.
7. EPKER, B. N., STELLA, J. P., FISH, L. C. **Dentofacial deformities-integrated orthodontic and surgical correction** 2d. Mosby, St Louis. vol. 1, 1995. vol. 2, 1996. vol. 3, 1998. vol.4, 1999.
8. FONSECA, R.J. *et alii*. **Oral and Maxillofacial Trauma**. W.B. Saunders. Philadelphia, 1997.
9. FONSECA, R. J, BETTS, TURVEY, T. A. **Oral and Maxillofacial Surgery**. 2 ed., W.B. Saunders, Philadelphia, 2000.
10. GIL, J. N., CLAUS J. **estética Facial: A Cirurgia Ortognática Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões**. Editora Santos, São Paulo. 2009.
11. HAMMER, B. **Fraturas orbitárias**. Editora Santos. São Paulo. 2005.
12. HUPP, J. R *et alii*. **Cirurgia oral e maxillofacial contemporânea**. 6 ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2015.
13. KNON, P.H. & LASKIN, D.M. **Clinician's manual of oral and maxillofacial surgery**. 1991. Quintessence.
14. LANNIGAN, D.T; HEY, J. H & WEST, R. A. Major Vascular Complication of Orthognathic Surgery: Hemorrhage Associated With Le Fort I Osteotomies **J. Oral Maxillofac. Surg.** 48: 561-573, 1990.
15. MALAMED, S. F. **Manual de anestesia local**. 5.ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.
16. MAZZONETTO, R., DUQUE NETO, H., NASCIMENTO, F.F. **Enxertos ósseos em implantodontia**. Editora Napoleão. Nova Odessa. 2012.
17. McMINN, R.M.H., HUTCHINGS, R. T., LOGAN, B.M. **Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e Pescoço**. Sao Paulo, 2 ed., Artes Medicas, 1998.
18. MEDEIROS, P. J. & MEDEIROS, P. P. **Cirurgia Ortognática para o Ortodontista**. 2ed. Editora Santos. São Paulo, 2004.
19. MILORO, M. et al. **Peterson's Principles of Oral and Maxillofacial Surgery**, 2 ed., B.C Decker Inc, Londres, 2004.
20. NEVILLE, BW, DAAMM D D, ALLEN C M A, BOUQUOT J E. **Patologia Oral & Maxillofacial**. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2008.
21. PETERSON, J. L.; ELLIS III, E.; HUPP, J. R.; TUCKER, M. R. **Cirurgia Oral e Maxilo-Facial Contemporânea**, 2ed, Guanabara-Koogan, Rio de Janeiro. 1996.
22. PREIN, J. **Manual of Internal Fixation in the Cranio-Facial Skeleton**. Springer, Berlin, 1998.
23. PROFFIT. W. R., WHITE JR, R. P., SARVER, D. M. **Tratamento Contemporâneo de deformidades dentofaciais**. Artmed Editora, Porto Alegre, 2005.

## RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPUS CURITIBA

### CONTEÚDO GERAL:

Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia Saúde da Família, Vigilâncias em Saúde, Políticas Públicas com interface com a medicina veterinária (interação humano animal e meio ambiente). Emergências em zoonoses, doenças infecciosas e parasitárias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acha PN, Szyfres B. **Zoonosis y enfermedades Comunes al Hombre y a los Animales**. OPAS/OMS, 2003.
2. Brasil. Ministério da Saúde. **ABC do SUS Doutrinas e Princípios**, 1990. O SUS de A a Z, 3a ed., 2009. Constituição Federal Brasileira, Leis Federais 5.517 (1968), 9.605 (1998), 8.080 (1990) e 8.142 (1990).BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília:Ministério da Saúde, 2010.
4. Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.ed. Brasília:

Ministério da Saúde, 2016. 121 p.

5. Brasil. Portaria no 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. 24 de outubro de 2011.
6. Campos GWS, Carvalho YM, Minayo CS, Akerman M, Drumond Junior M. Tratado de Saúde Coletiva. Ed. Hucitec. 2ª ed. 2012.
7. Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: Bases conceituais. 1ª edição. São Paulo: Editora Atheneu. 2008.

#### CONTEÚDO ESPECÍFICO:

1. **Anestesiologia:** Avaliação do paciente e medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local: equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, do paciente crítico e ressuscitação cardiopulmonar; dor e analgesia.
2. **Clínica cirúrgica de pequenos animais:** Profilaxia da infecção cirúrgica; cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito urinário, do trato respiratório, em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão, fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastes bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações.
3. **Clínica médica de pequenos animais:** Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais.
4. **Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:** Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínico-cirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar.
5. **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:** Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacológica e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação.
6. **Diagnóstico por imagem:** Princípios de interpretação radiográfica (analógica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular, em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urinário, doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos.
7. **Odontologia veterinária:** Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica.
8. **Oftalmologia veterinária:** Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão. Patologia animal: Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; distúrbios do crescimento celular; sistema respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso, músculo-esquelético; fígado e ductos biliares. Ornitopatologia: Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotoxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola- MAPA; biossegurança em avicultura.
9. **Patologia clínica veterinária e Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:** Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.
10. **Medicina Veterinária do Coletivo:** saúde coletiva; medicina de abrigos; medicina veterinária forense.
11. **Oncologia:** epidemiologia, etiologia e biologia do cancer; estadiamento de diagnóstico clínico; cirurgia, cirurgia oncológica; quimioterapia antineoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidades oral e nasal, do sistema reprodutivo e urinário, ósseas e perianais; linfoma.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Anestesiologia:

1. Fantoni DT, Cortopassi SRG. Anestesia em Cães e Gatos. 2ª edição. São Paulo: Roca; 2010.
2. Grimm KA, Lamont LA, Tranquilli WJ, Greene SA, Robertson SA, editors. Lumb & Jones Veterinary Anesthesia and Analgesia. 5th edition. Iowa: Wiley Blackwell; 2015.
3. Muir WW, Hubell JAE. Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy. St Louis: Mosby Elsevier; 2009.

##### Clínica cirúrgica de pequenos animais:

4. Fossum TW. Small Animal Surgery. 4th edition. Missouri: Mosby Elsevier; 2012.
5. Johnson AI, Houlton JEF, Vannini RAO. Principles of fracture management in the dog and cat. Thieme, 2006.
6. Piermattei D, Flo GB. Piermattei and Flo's Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair. 4th edition. Missouri: Saunders Elsevier; 2006.
7. Tobias KM, Johnston SA. Veterinary Surgery Small Animal. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
8. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.

##### Clínica médica de pequenos animais:

9. Bonagura JD, Twedt DC. Kirk's Current Veterinary Therapy XV. 15ª edição. Philadelphia: Saunders; 2014.
10. Ettinger SJ, Feldman EC. Textbook of Veterinary Internal Medicine. 7ª edição. Philadelphia: Saunders; 2010.
11. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4ª edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.
12. Jericó MM, Neto JPA, Kogika MM. Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos. Rio de Janeiro: Roca; 2015.
13. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5ª edição. St Louis: Elsevier; 2014.
14. Tilley LP, Smith FWK, Oyama MA, Sleeper MM. Manual of Canine and Feline Cardiology. 5ª edição. Philadelphia: Saunders; 2015.

##### Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:

15. Auer JA, Stick JA. Equine Surgery. 4th. Edition. St. Louis: Elsevier Saunders; 2012.

16. Fubini SL, Lawson S. Farm Animal Surgery. St Louis: Saunders; 2004.
17. Radostits OM, Gay CC, Blood DC, Hinchcliff KW. Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9a edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
18. Reed SM. Medicina Interna Equina. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2000.
19. Riet-Correa F, et al. Doenças dos ruminantes e equídeos. 3a edição. Vol.2. São Paulo: Editora Pallotti; 2007.
20. Smith BP. Medicina Interna de Grandes Animais. 3a edição. São Paulo: Manole Biomedicina; 2006.
21. Thomassian A. Enfermidades dos cavalos. 4a edição. São Paulo: Varela; 2005.

#### **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:**

22. Cubas ZS, Silva JCR, Catão-Dias JL. Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária. 2a Edição. São Paulo: Editora Roca; 2014.

#### **Diagnóstico por imagem:**

23. Carvalho CF. Ultrassonografia em Pequenos Animais. 2a edição. São Paulo: Gen Roca; 2014.
24. Penninck DP, D'Anjou MA. Atlas de ultrassonografia de Pequenos animais. São Paulo: Guanabara Koogan; 2011.
25. Trall DE. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. Tradução da 6th ed St Louis Missouri: Saunders: Elsevier; 2014.

#### **Odontologia veterinária:**

26. Gorrel C. Odontologia em Pequenos Animais. São Paulo: Saunders Elsevier; 2010.
27. Holmstrom SE, Fitch PF, Eisner ER. Veterinary dental techniques for the small animal practitioner. 3rd edition. Philadelphia: Saunders; 1998.
28. Wiggs RB, Lobprise HB. Veterinary Dentistry – Principles & Practice. Philadelphia: Lippincott – Raven; 1997.

#### **Oftalmologia veterinária:**

29. Peiffer R, Petersen-Jones S. Sm
30. all animal ophthalmology. A problem-oriented approach, 4th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2009.
31. Turner SM. Oftalmologia em pequenos animais - Série Clínica Veterinária na Prática. São Paulo: Saunders-Elsevier, 2010.

#### **Oncologia**

32. Oncologia em cães e gatos. Carlos Roberto Daleck & Andriago Barboza De Nardi. Segunda Edição, 2016

#### **Ornitopatologia:**

33. Macari M, Mendes AA, Menten JF, Naas IA. Produção de frangos de corte. 2a edição. São Paulo: Facta; 2014.
34. Brasil, 2003. Plano Nacional de Sanidade Avícola. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1\\_4.pdf/view](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1_4.pdf/view)
35. Swayne D. Diseases of poultry. 13th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
36. Swenson MJ, Reece WO (Eds.) Dukes, fisiologia dos animais domésticos. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

#### **Patologia veterinária:**

37. Jones TC, Hunt RD, King NW. Patologia veterinária. 6a edição. São Paulo: Manole; 2000.
38. Jubb KVF, Kennedy PC, Palmer NC. Pathology of domestic animals. 5th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2007.
39. Slauson DO, Cooper BJ. Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology. 3rd edition. St Louis: Mosby; 2002.
40. Zachary JF, McGavin MD. Bases da patologia veterinária. 5a edição. Rio de Janeiro: Saunders-Elsevier; 2013.

#### **Patologia clínica veterinária:**

41. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
42. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
43. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
44. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
45. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
46. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
47. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.

#### **Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:**

48. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
49. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
50. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
51. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
52. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
53. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
54. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.
55. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.

#### **Medicina Veterinária do Coletivo:**

56. ASV. Association of Shelter Veterinarians. 2010. Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters. 67p. Disponível em: <http://www.sheltervet.org/assets/docs/shelter-standards-oct2011-wforward.pdf>
57. ICAM. International companion animal management. 2007. Guia de controle humanitário da população canina. 24p. Disponível em [http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane\\_Dog\\_Population\\_Management\\_Guidance\\_Portuguese.pdf](http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_Portuguese.pdf)
58. Miller L, Zawistowski S. Shelter Medicine for Veterinarians and staff. 2nd edition. Iowa: Wiley-Blackwell; 2013. CFMV. Resolução 722 - Código de Ética (2002) e Resolução 756 (2003).
59. Tostes RA, Reis STJ, Castilho VV. 2017. Tratado de Medicina Veterinária Legal. 1ed. Curitiba. Medv. 400p.

